

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1001335-95.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Obrigações</b>
Requerente:	<b>Simaura Adriana Rocha Caetano</b>
Requerido:	<b>Banco Santander S/A</b>

**SIMAURA ADRIANA ROCHA CAETANO** ajuizou ação contra **BANCO SANTADER S/A**, pedindo que o réu seja condenado a restituir a quantia indevidamente debitada em sua conta bancária e ao pagamento de indenização por danos morais. Alegou, para tanto, que sem a sua autorização o réu promoveu o desconto de R\$ 260,29 de sua conta salário, fato que lhe trouxe diversos prejuízos financeiros.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e contestou os pedidos, aduzindo preliminarmente a falta de interesse processual, pois não houve a tentativa de solução do imbróglio de forma extrajudicial. No mérito, defendeu a legalidade do desconto promovido e a inexistência de dano moral indenizável.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos iniciais.

O réu juntou algum dos documentos solicitados por este juízo, dando-se ciência à autora.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A prévia tentativa de solução extrajudicial da lide não constitui condição necessária para o ajuizamento da ação, decorrência lógica do princípio da inafastabilidade da jurisdição. Rejeito a preliminar arguida.

No dia 13 de fevereiro de 2017, o réu efetuou um desconto de R\$ 260,29 na conta da autora, a título de recuperação de crédito em atraso (fl. 264). Nesse sentido, caberia ao réu o ônus de provar a legalidade de tal operação, exatamente a expressa previsão contratual autorizando o desconto em conta corrente e a existência de saldo

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

devedor por força da utilização do limite de cheque especial.

Contudo, além da instituição financeira não juntar aos autos o contrato de abertura de conta corrente celebrado entre as partes, os extratos apresentados (fls. 75/264) não demonstram a utilização do limite do cheque especial pela correntista e, consequentemente, a existência do débito que ocasionou o desconto.

Portanto, não se desincumbindo do ônus que lhe cabia (art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil), de rigor condenar ao réu a restituir a quantia debitada indevidamente.

O dano moral é presumido (*in re ipsa*), consequência direta do indevido desconto em conta corrente promovido pelo banco.

*Neste contexto, não necessita o autor demonstrar qualquer prejuízo financeiro para essa caracterização. Assim, o banco deve indenizar o autor pelo dano moral sofrido, visto que caracterizado o transtorno causado, pelo fato de ver subtraídos ativos financeiros, em sua totalidade, indevidamente, de sua conta corrente, ficando privado do acesso para eventuais despesas do dia a dia (TJSP, Apelação nº 0075947-29.2011.8.26.0114, Des. Heraldo de Oliveira, j. 23.03.2016).*

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTA CORRENTE. Demanda declaratória de inexigibilidade de débito c/c pedido de indenização por dano moral. Desconto indevido de mensalidades em conta corrente do autor. Dano moral. Natureza *in re ipsa* e, por isso, prescinde de demonstração. Aplicação na espécie da teoria do risco, acolhida pelo art. 927, par. único, do Código Civil, que responsabiliza aquele que cria o risco com o desenvolvimento da sua atividade independentemente de culpa. Indenização por dano moral fixada com moderação. Recurso não provido." (Apelação nº 0004538-36.2011.8.6.0132, 10ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Carlos Alberto Garbi, j. 18/02/2014).

"Ação de indenização por danos materiais e morais. Descontos automáticos em conta corrente do autor, sem a sua anuência. Procedência. Apelação. Cerceamento de defesa afastado. Abuso na cobrança automática de dívidas diretamente na conta corrente do autor, sem sua autorização. Verba impenhorável. Transtornos que superam o mero aborrecimento cotidiano. Dano moral 'in re ipsa'. Quantum fixado adequadamente. Sentença mantida. Recurso desprovido." (Apelação nº 9001589-93.2009.8.26.0506, 15ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Rel. Des. Virgílio de Oliveira Júnior, j. 25/05/2015).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A fixação do valor da indenização se faz por arbitramento, de modo a evitar enriquecimento indevido mas capaz de punir o ofensor, afigurando-se razoável a quantia de R\$ 5.000,00.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para condenar o réu a restituir para a autora a quantia de R\$ 260,29, com correção monetária a partir da data do débito em conta e juros moratórios contados a partir da citação, bem como ao pagamento da importância de R\$ 5.000,00 a título de danos morais, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios incidentes a partir da citação.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 22 de maio de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**